



Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Fundação Estadual do Meio Ambiente

<b>FEAM</b>	
Protocolo nº: 1915908/2013	92
Divisão: FEAM	FL. Nº
Mat. _____	Visto _____

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

**Processo nº09916/2005/002/2007**

**Referência:** Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, infração gravíssima, porte pequeno.

**Interessado: POSTO PRISCO E MOURA LTDA.**

### **PARECER JURÍDICO**

A sociedade empresária em referência foi autuada por cometer infração tipificada no artigo 19, §3º, item 2, do Decreto nº 39.424/98, por "*descumprir determinação da Deliberação Normativa COPAM 50/2001, art. 3º, §2º itens V e IX, constatada a existência de degradação ambiental*" sendo aplicada uma multa no valor de R\$10.641,00 alterada na forma do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08 para R\$10.001,00.

Inconformada a sociedade interpôs Recurso dirigido à Câmara Normativa Recursal do COPAM, tempestivamente, onde em síntese alega:

-o auto de infração deve ser nulo e extinto uma vez que não verificou os requisitos previstos no artigo 27 do Decreto nº 44.844/08;

- motivação é obrigatória nos atos administrativos que afetem o interesse individual do administrado;

- ato administrativo está eivado de vício pela falta de motivação, especialmente pela verificação da ausência do Boletim de Ocorrência;

-ocorreu a violação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade;

-a multa aplicada é nula por afrontar aos princípios da legalidade, motivação contraditório e ampla defesa;

O recorrente deixou de buscar na data inicial a LOC, porém todo o procedimento de regularização já estava sendo providenciado para a adequação;

-o posto não é mais passível de licenciamento e sim AAF e todos os itens foram cumpridos e encontra-se licenciado;

-cabe a redução do valor da multa em 30% nos termos do artigo 68 do Decreto nº 44.844/08 além de sempre ter colaborado com a fiscalização;

-faz jus a assinatura do TAC para que seja realizada a redução do valor da multa definitiva em 50% e a conversão dos outros 50% do valor da multa em medida de natureza ambiental;

-requer o cancelamento do auto; a redução do valor da multa aplicada; a incidência de redução de 50%;

- a possibilidade de assinatura de Termo de Compromisso e TAC além de prazo apresentação de provas documentais.

**Do ponto de vista jurídico**, a recorrente não apresentou nenhuma argumentação capaz de descaracterizar as infrações descritas no auto de infração.

Entende esta Procuradoria que as alegações do recurso apresentado na forma de defesa foram exaustivamente analisadas nos pareceres anteriores quando da defesa e do Pedido de Reconsideração.

O argumento de nulidade do Auto de Infração que sustenta a recorrente não poderá prosperar. Ao contrário do afirmado, o Auto de Infração obedeceu à forma prescrita pela legislação ambiental, posto que presentes todos os requisitos legais enumerados do Decreto nº 39.424 época da lavratura do auto onde consta o Relatório de Vistoria que originou o auto de infração e não Boletim de Ocorrência.

Dessa forma, podemos afirmar, facilmente, que não cabem questionamentos sobre a validade do Auto de Infração, uma vez que foram atendidos todos os requisitos do decreto acima citado, não subsiste a nulidade alegada.

No procedimento previsto na vigência do Decreto nº 39424/98 a multa era aplicada somente após a apresentação da defesa pelo autuado, o que nos leva a acreditar que o recorrente não procurou conhecer do procedimento administrativo nem mesmo verificar o conteúdo do processo de apuração da infração em questão, pois se tivesse, não estaria apresentando as alegações ora em debate.

Com base no parecer foi proferida a primeira decisão Administrativa de fl. 12, aplicando a mencionada multa. Descabe, a alegação de cerceamento de defesa por ausência de motivação. Isso porque, para a validade do parecer jurídico, não é necessária a análise de cada ponto levantado pela defesa, mas, sim, aqueles essenciais a constatação, ou afastamento da infração administrativa constante do AI. Ademais, o fato de a decisão se fundamentar no Parecer Jurídico que a precedeu nos autos do processo administrativo, não lhe retira a fundamentação ou limita o direito de defesa aquele que tem acesso integral de toda a documentação para sua defesa.

Em relação a aplicação de circunstância atenuante prevista no artigo 68 do Decreto nº 44.844/08, não merecer prosperar. O recorrente foi autuado e o valor da multa fixada nos termos do Decreto nº 39424/98 e demais procedimentos previstos nas deliberações normativas. Na aplicação da penalidade de multa



simples na vigência do Decreto nº 39.424/98 foi observada a natureza da infração; o patamar da multa; seu porte além das circunstâncias agravantes e atenuantes previstas na legislação ambiental. Além disso, incidiu o disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08 da multa mais benéfica ao autuado.

Com relação a redução da multa em 50% por meio de TC ou de TAC com a finalidade de redução de multa, cabe comentar. A única interpretação dada desde a criação da Lei 7.772/80 para o Termo de Compromisso é de que um instrumento mediante o qual o infrator obriga-se à eliminação das condições poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, dentro prazo razoável, mediante um cronograma físico-financeiro e aprovado pelo órgão ambiental. A finalidade do instrumento não é de redutor de penalidade. Afirma o recorrente que *todos os itens foram cumpridos e o posto encontra-se licenciado*, não sendo possível firmar compromisso ou mesmo TAC. (fls.77)


Cabe mencionar, por necessário que o empreendimento possui AAF, conforme consulta ao SIAM.

Cabe ressaltar, por necessário, que não se aplica a presente situação as normas e procedimento de apuração da Lei nº 9605/98, considerando a existência de legislação estadual regulando a matéria em questão.

#### **Conclusão:**

Diante dos fatos narrados, deve ser o presente Recurso encaminhado a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, a fim de que seja **indeferido o recurso** apresentado com a conseqüente manutenção da multa aplicada, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

È o parecer, *s.m.j.*

  
Carmen Lúcia dos Santos Silveira  
OAB/MG 38.838 – MASP 1043.754-9

